



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2019
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2019

DECISÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, ora Recorrente, em relação ao resultado do julgamento das amostras do Processo Licitatório nº 126/2019, Concorrência Pública nº 008/2019, por meio do qual foi declarada a reprovação das amostras fornecidas pela Recorrente relativas ao Lote nº 01 do certame, bem como a aprovação das amostras apresentadas por MARTINO ELETRICIDADE EIRELI (EPP) referente ao Lote nº 02, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 13/03/2020.

O inconformismo da Recorrente refere-se à reprovação das amostras relativas ao Lote nº 01 (Serviços de expansão e efficientização do parque de iluminação pública, com utilização de luminárias e projetores LED "*light emitting diode*", em vias e espaços públicos, dentro do perímetro urbano, inclusive rodovias no Município de Conselheiro Lafaiete).

Alega, em síntese, ter protocolizado no dia 12/02/2020 as amostras, os laudos e toda a documentação exigida no Edital, sem qualquer questionamento acerca da amostra/documentação apresentada.

Aduz que as luminárias apresentadas são conceituadas no mercado brasileiro e aprovadas no INMETRO, solicitando a qualificação técnica dos envolvidos na análise das amostras.

Sustenta que, por ocasião do julgamento de impugnação interposta por ELETRO ZAGONEL LTDA, teria sido mencionado que a marca Ilumatic atenderia ao objeto licitado, tendo a Recorrente se baseado em tal circunstância para aquisição e apresentação de produtos desse fornecedor.

Prosseguindo, solicita a fonte das especificações relativas às luminárias contidas no Edital, afirmando que (...) *em pesquisa ao mercado, só existe uma marca de luminária que atende tais exigências do anexo D do Edital (...)*. Ademais, solicita os laudos de aferição do ferramental utilizado na avaliação técnica.

Diante disso, requereu seja reformada a decisão recorrida, fazendo constar que "(...) *caso as luminárias ILUMATIC não atendam o objeto licitado, solicitamos uma nova reavaliação e apresentação de novas amostras*".

Comunicadas acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 23/03/2020, o prazo para contrarrazões findou-se em 30/03/2020, tendo a licitante ULTRA ENERGIA LTDA apresentado contrarrazões, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso; decorreu o prazo sem manifestação por parte das demais licitantes participantes do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



Pontua-se que a contraminuta recursal foi protocolizada via e-mail, meio de interposição não previsto no item 18.8 c/c 18.5 do Edital, sendo admitido seu recebimento, excepcionalmente, como corolário do direito de petição e dos princípios do contraditório e do formalismo moderado.

Instado a se pronunciar, o Representante Técnico da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente encaminhou à CPL manifestação (Comunicação Interna nº 197/2020) acerca do mérito recursal.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 13/03/2020 (sexta-feira), no prédio da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG, com a publicação do resultado da análise das amostras no site do Município, no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação, na data de 17/03/2020 (terça-feira), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes das licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 18.2 do Edital e art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se em 18/03/2020 (quarta-feira), vindo a findar-se em 24/03/2020 (terça-feira).

A Recorrente encaminhou cópia digitalizada do recurso, via e-mail, na data de 20/03/2020, às 15:45h, comunicando, na oportunidade, a remessa da minuta original por correio. A via original do recurso foi recebida no Setor de Licitações no dia 24/03/2020, impondo-se, portanto, o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA interpôs recurso em relação ao resultado do julgamento das amostras do Processo Licitatório nº 126/2019, Concorrência Pública nº 008/2019, por meio do qual foi declarada a reprovação das amostras fornecidas pela Recorrente relativas ao Lote nº 01 do certame.

De acordo com o previsto no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. Nessa esteira, mister buscar todos os meios legais que lhe assegurem a máxima vantajosidade da contratação.

A proposta mais vantajosa, no caso das licitações do tipo menor preço, é aquela que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua o menor custo

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



para contratação. Ocorre que para se atingir esse objetivo, deve-se adotar mecanismos para se alcançar o menor preço e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação.

Logo, o procedimento de avaliação de amostras apresenta-se como meio útil para a Administração Pública aumentar a probabilidade de obter produtos com melhor qualidade, na medida em que permite efetiva avaliação do objeto licitado previamente à celebração contratual.

Dispõe o instrumento convocatório acerca da apresentação e análise de amostras:

"11.5 - Das amostras

11.5.1 - A licitante classificada com a melhor proposta comercial deverá fornecer uma amostra referente a cada luminária e/ou projetor LED ofertados, conforme as especificações contidas em sua proposta comercial, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sessão de julgamento ou outra data a ser fixada pela Comissão de Licitação.

11.5.2 - Deverão ser apresentados, ainda, juntamente com a amostra referida no item anterior, os documentos os documentos previstos no item 16.2 do Anexo I - Termo de Referência.

11.5.3 - As amostras deverão estar identificadas com etiqueta contendo: razão social da licitante, marca e modelo da luminária.

11.5.4 - O modelo das amostras entregues deverá ser exatamente o mesmo que foi utilizado na elaboração da respectiva proposta comercial. Caso seja omitida alguma das informações exigidas, a amostra não será recebida, por impossibilidade de sua associação com o objeto.

11.5.5 - O procedimento de análise das amostras será aquele disciplinado no item 16 e subitens do Anexo I - Termo de Referência.

11.5.6 - As amostras deverão ser entregues na garagem da prefeitura, a Rua Benjamin Granha Senra, nº 315, Bairro Progresso, Conselheiro Lafaiete - MG, CEP: 36.400-000, no horário de 07 às 16:00 horas." (destacamos)

Em leitura do item 16 do Anexo I – Termo de Referência, observa-se um rol de materiais e documentos que deveriam ser apresentados pelas licitantes vencedoras dos lotes do certame (subitens 16.1 e 16.2), para fins de análise de amostras e, por conseguinte, comprovação de atendimento aos padrões e especificações técnicos estabelecidos no Termo de Referência (Anexos D e E, integrantes do Anexo II).

Com isto posto, passa-se ao exame do mérito das alegações recursais.

A Recorrente argumenta ter protocolizado em 12/02/2020 as amostras, os laudos e toda a documentação exigida no Edital, sem qualquer questionamento acerca da amostra/documentação apresentada, sobrevivendo, posteriormente, a reprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE 998
Comissão Permanente de Licitação 12



Ocorre que os momentos de protocolo/recebimento e de análise das amostras são distintos e não se confundem, descabendo a inversão dos atos próprios de cada etapa.

Conforme sistemática disciplinada no instrumento convocatório (item 11.5 do Edital), as licitantes classificadas com a melhor proposta comercial deveriam apresentar amostras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sessão de julgamento ou outra data a ser fixada pela Comissão de Licitação.

Segundo a determinação contida na ata de reunião lavrada em 05/02/2020 (fl. 817), a Recorrente fora notificada para apresentação das amostras (fl. 818), sendo informado nos autos, por meio da CI nº 090/2019 (fl. 819), que as amostras e demais documentos relativos ao Lote 01 foram protocolizados tempestivamente pela MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Frisa-se que o protocolo/apresentação das amostras é de responsabilidade exclusiva das licitantes, devendo a interessada providenciar, no prazo estipulado, a íntegra dos materiais e documentos indispensáveis à comprovação das exigências editalícias.

Dando prosseguimento ao certame, foi designada sessão pública para conferência e análise das amostras e documentos (*vide* ata fl. 833), sobrevivendo a realização de sessão pública na data de 11/03/2020 (fl. 928), e sessão de continuidade em 13/03/2020 (fl. 949). Uma vez concluído o procedimento de análise, conforme estabelecido no Edital, foi declarada a reprovação da amostra referente ao Lote nº 01, nos moldes detalhados no Laudo Técnico anexado ao processo (fls. 942/948).

Diante do exposto, observa-se que a sistemática de apresentação e análise de amostras desenvolveu-se regularmente e nos moldes constantes no instrumento convocatório, não se justificando irresignação neste tocante.

Avançando, a Recorrente aduz que as luminárias apresentadas são conceituadas no mercado brasileiro e aprovadas no INMETRO, solicitando a qualificação técnica dos envolvidos na análise das amostras. Em seguida, sustenta que, por ocasião do julgamento de impugnação interposta por ELETRO ZAGONEL LTDA, teria sido mencionado que a marca ILUMATIC atenderia ao objeto licitado, tendo a Recorrente se baseado em tal circunstância para aquisição e apresentação de produtos desse fornecedor, e pelo que seria contraditório o resultado do julgamento.

Acerca do alegado, mister tecer as seguintes considerações:

Deflagrada a fase externa do certame, a empresa ELETRO ZAGONEL LTDA interpôs impugnação em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 126/2019, Concorrência Pública nº 008/2019.

A controvérsia instaurada consistiu, em suma, no exame da legalidade da restrição de uso de luminárias com tecnologia LED COB na execução dos serviços licitados, visto que, de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo II (Anexo E - Especificação Técnica dos Materiais), seriam aceitas apenas luminárias de LED montados com tecnologia SMD "*surface mounted diode*".



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



Por ocasião do julgamento da impugnação, restou assentado que a restrição de luminárias com tecnologia LED COB decorreria de razões técnicas devidamente fundamentadas nos autos, dentre elas o impacto positivo na vida útil do parque de iluminação, além de redução do custo de manutenção, de modo a justificar a aceitação exclusiva de luminárias com tecnologia SMD.

Frisou-se, ainda, que a tecnologia de LED COB não é permitida para fins de Iluminação Pública, em conformidade com a Especificação Técnica CEMIG 02.111 AD/ES 07C – Luminárias LED para Iluminação Pública, que estabelece critérios e exigências técnicas mínimas aplicáveis à fabricação e ao recebimento de luminárias e projetores para iluminação pública que utilizam LED como fonte de luz, assim como seus respectivos sistemas eletrônicos de controle, a serem fornecidas à CEMIG.

Ademais, corroborando com os demais fundamentos, constou da resposta que de acordo com a manifestação do setor técnico responsável pelo assessoramento do certame, a tecnologia de LED SMD seria consagrada no mercado, haja vista ser adotada por diversos fornecedores de luminárias para iluminação pública.

Nesse contexto, pronunciou-se o setor técnico *in verbis*:

“Restrição ao LED COB:

Com relação a tecnologia do LED (Light Emmiting Diode) optamos por restringir o LED COB e pela definição somente no uso das tecnologias MID Power ou High Power, ambas efetuadas em montagem de LEDs SMD “surface mounted diode” (dispositivos montados em superfície).

(...)

Informamos também que o município efetuou pesquisas junto aos principais e mais tradicionais fornecedores de luminárias Públicas, a saber: TECNOWATT, GE, PHILIPS, ILUMATIC, SHREDER, UNICOB e constatou que nenhum deles utiliza a tecnologia LED COB em seu portfólio de produtos de Iluminação Pública.

Em outra pesquisa recente ao site do INMETRO, e nos respectivos sites dos fabricantes e importadores, constatamos também que a esmagadora maioria dos fornecedores, lá incluídos utilizam tecnologias de LED High Power e Mid Power com montagem SMD em detrimento ao COB.

(...)

Conclui-se portanto, que não deverão ser utilizadas luminárias com tecnologia COB.” (destacamos)

Nota-se claramente que a pesquisa realizada junto a várias empresas atuantes no segmento de mercado teve por objetivo evidenciar a inadequação do LED COB ao objeto licitado e, lado outro, que o uso da tecnologia LED SMD seria a especificação técnica mais compatível, inclusive, adotada por diversos fornecedores de luminárias para iluminação pública.

Logo, ao contrário do que alega a Recorrente, a menção às empresas TECNOWATT, GE, PHILIPS, ILUMATIC, SHREDER e UNICOB não pode ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



interpretada com outra finalidade, senão aquela para qual fora única e exclusivamente realizada: balizar o exame da (i)legalidade da restrição de uso de luminárias com tecnologia LED COB. Ou seja, a resposta à impugnação não significou a aprovação de todos os modelos da marca ILUMATIC em todos os requisitos.

Analisando-se as informações no contexto em que foram inseridas, descabe razão ao Recorrente, eis que as razões recursais baseiam-se em interpretação distorcida e equivocada dos fundamentos apresentados pela Administração Pública. Vale lembrar que, por evidente, a tecnologia LED SMD era somente uma das especificações técnicas aplicáveis às luminárias, sendo exaustivamente explicitado no Edital o rol de características físicas e padrões luminotécnicos a serem observados pelos licitantes.

Diante do exposto, além de possuir a tecnologia LED SMD, imperioso que as luminárias fornecidas em amostra pela Recorrente preenchessem os demais requisitos técnicos exigidos no instrumento convocatório, o que não ocorreu, conforme se passa a demonstrar.

O resultado do julgamento das amostras foi declarado com base nos Laudos Técnicos elaborados pelo Sr. Alexsandro de Souza Oliveira, Engenheiro Eletricista, CREA/MG 83378/D (fls. 939/941 e fls. 942/948), Representante da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente.

No que se refere ao julgamento pertinente ao Lote nº 01, extrai-se as seguintes inconformidades detectadas durante a análise das amostras apresentadas pela Recorrente:

“Não conformidades encontradas:

Durante a sessão, foram observadas as seguintes lacunas na apresentação dos documentos e das amostras das luminárias LED:

- *A empresa MÉTODO CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA não apresentou nas embalagens das amostras das luminárias LED a devida identificação solicitada no item 16.4: ‘As amostras deverão estar identificadas com etiqueta contendo: razão social da licitante, marca e modelo da luminária.’*
- *O código de identificação dos modelos (Modelo/código de barras), apresentado no documento de certificação, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE (item 16.2 alínea ‘b’ do termo de referência), não é o mesmo apresentado na identificação das amostras das luminárias LED, impossibilitando esclarecer um vínculo entre as amostras e o documento de certificação.*
- *A espessura do vidro de fechamento das luminárias, das amostras apresentadas foi de 4,1 mm. Este valor está abaixo do especificado no ANEXO E do termo de referência (Item refrator);*
- *As curvas de distribuição fotométricas apresentadas no formato IES, não geraram os valores mínimos necessários solicitados no Edital (Anexo II – Anexo D – Projetos luminotécnicos típicos). As análises foram*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



públicas e as simulações foram realizadas com o programa DIALux EVO, conforme anexos integrantes deste laudo."

Analisando detidamente a minuta recursal, observa-se que a Recorrente não impugna as inconformidades detectadas e apontadas no Laudo Técnico, tampouco anexa aos autos elemento técnico que consista em contraprova; tais circunstâncias corroboram o julgamento, notadamente quanto aos dados referentes às características físicas das amostras e o seu desempenho luminotécnico.

Em verdade, a Recorrente sustenta que as luminárias possuem certificação do INMETRO, de modo que não deveriam ser reprovadas.

Pois bem. A Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, aprovou o Regulamento Técnico da Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária, inserto no seu Anexo I, que estabelece os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes ao desempenho e segurança do produto.

Os fornecedores de luminárias para iluminação pública viária deverão atender ao disposto no referido Regulamento, conforme compulsoriedade estabelecida no art. 2º da Portaria. Desta forma, a certificação junto ao INMETRO, mecanismo de avaliação de conformidade com o Regulamento Técnico, trata-se de requisito mínimo obrigatório para as luminárias de iluminação pública viária. Não obstante, as especificações técnicas exigidas em processo licitatório devem ser compatíveis com as peculiaridades do objeto licitado, sobretudo quando houver lacuna na norma de referência acerca das características do produto.

Oportuno ilustrar, neste tocante, que o Anexo E (integrante do Anexo II) do Edital dispõe, dentre demais características técnicas dos componentes das luminárias, o seguinte:

***"Refrator:** o conjunto ótico da luminária LED deve ser fechado com um refrator em vidro temperado de no mínimo 5 mm de espessura garantindo o grau de proteção exigido neste documento."* (destacamos)

A justificativa para definição da aceitação de luminárias com conjunto óptico fechado com vidro temperado constou na nota de rodapé '18' do documento técnico, in verbis:

"18 Decisão da PMCL em padronizar a utilização de luminárias dotadas de lente de vidro, devido a entendimento que o fechamento do conjunto ótico com vidro temperado auxilia na proteção das lentes em policarbonato (lentes secundárias) de amarelamento precoce, além de proporcionarem uma camada extra de proteção contra vandalismo. Também o vidro plano permite uma manutenção (limpeza) mais fácil e eficiente ao longo de sua vida útil. Referências: Especificação Técnica CEMIG 02.111 AD/ES 07C – Luminárias LED para Iluminação Pública e Edital de Chamada Pública – 01/2019 – Projetos de Iluminação Pública – LED – Procel Reluz - 2019."



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



O fechamento do conjunto óptico com vidro temperado, na forma prevista no Edital, auxilia na proteção das lentes em policarbonato (lentes secundárias) de amarelamento precoce, e proporciona uma camada extra de proteção contra vandalismo.

A incompatibilidade da amostra com as especificações técnicas do Edital enseja a sua reprovação, sob pena de afronta ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório. Destarte, improcedente a alegação recursal.

Além de tal inconformidade física do produto, imperioso considerar que, conforme detalhado no Laudo Técnico de fls. 942/948, as curvas de distribuição fotométricas apresentadas no formato IES não geraram os valores mínimos necessários solicitados no Edital (Anexo II – Anexo D – Projetos luminotécnicos típicos), conforme simulações realizadas com o *software* DIALux EVO, e telas integrantes do laudo.

Neste tocante, pontua-se que o Anexo D do Edital (projetos luminotécnicos típicos) foi elaborado em conformidade com as disposições contidas na norma ABNT NBR 5110 (Iluminação Pública – Procedimento) que “*estabelece os requisitos para iluminação de vias públicas, propiciando segurança aos tráfegos de pedestres e de veículos*”. A propósito, consta da CI nº 197/2020:

“Com relação a questionamento formulado acerca do parâmetro das especificações técnicas utilizadas no Termo de Referência, informa-se que as características previstas no Edital baseiam-se nas normas técnicas arroladas nos itens 3.2 e 3.3 do Termo de Referência. Especificamente em relação ao Anexo D, citado no Recurso, registra-se que as especificações referentes aos Projetos Típicos (simulações luminotécnicas) contidas no Anexo D encontram-se em conformidade com o disposto na ABNT NBR 5101, Iluminação Pública – Procedimento. Logo todas as fornecedoras cujos produtos atendam aos parâmetros mínimos da ABNT NBR 5101 seriam passíveis de aprovação nas simulações previstas no Edital, inexistindo direcionamento para fornecedor específico.”
(destacamos)

Desta forma, não prospera a alegação de que as exigências editalícias limitariam indevidamente o universo de possíveis fornecedores, sobretudo no que se refere ao Anexo D citado pela Recorrente, considerando que os padrões luminotécnicos previstos no Edital correspondem àqueles estipulados na ABNT NBR 5110 (Iluminação Pública – Procedimento), consagrada no segmento haja vista estabelecer os requisitos considerados como mínimos necessários para iluminação de vias públicas, destinados a propiciar segurança aos tráfegos de pedestres e veículos.

Finalmente, importante registrar que os dados referenciais das análises técnicas foram obtidos a partir das informações constantes no corpo das amostras e/ou nas documentações correlatas (*data sheet*, certificado de conformidade, folheto de instruções etc), sendo utilizados durante a sessão pública, diante de todos os presentes (dentre eles o Representante da Recorrente), instrumentos de aferição de uso corrente para confirmação dos dados.

Vale reiterar que a Recorrente não impugna as inconformidades detectadas e apontadas no Laudo Técnico que baseou a reprovação das amostras, tampouco anexa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação



aos autos elemento técnico que consista em contraprova; tais circunstâncias corroboram o julgamento, notadamente quanto aos dados referentes às características físicas das amostras e o seu desempenho luminotécnico.


Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantido o resultado da análise das amostras, notadamente em relação ao Lote nº 01.

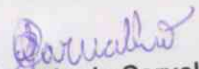
IV. Conclusão

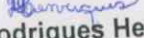
Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:


- a) **Conhecer** do recurso interposto por **MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA** e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida.
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

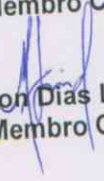
Conselheiro Lafaiete/MG, 03 de abril de 2020.


KILDARE BITTENCOURT DUTRA
Presidente da CPL


Kenia Beraldo de Carvalho Xavier
Membro CPL


Douglas Rodrigues Henriques
Membro CPL


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Membro CPL


Alisson Dias Laureano
Membro CPL




GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2019
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2019

Vistos, etc.

Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, considerando o recurso interposto pela licitante MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, e a manutenção da decisão recorrida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminho ao Exmo. Prefeito Municipal os presentes autos, referentes ao Processo Licitatório nº 126/2019, Modalidade: Concorrência Pública nº 008/2019, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de expansão, modificação e efficientização de rede de iluminação pública, com fornecimento de material, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital**, para análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta pela Autoridade Superior.

Conselheiro Lafaiete/MG, 06 de abril de 2020.


KILDARE BITTENCOURT DUTRA
Presidente da CPL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2019

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de expansão, modificação e efficientização de rede de iluminação pública, com fornecimento de material, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

DECISÃO

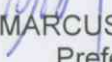
CONSIDERANDO os fundamentos apresentados na decisão elaborada pela Comissão Permanente de Licitação relativamente ao recurso interposto pela licitante MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA;

DECIDO:

Negar provimento ao recurso interposto por MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, em conformidade com a fundamentação exposta pela Comissão Permanente de Licitação e, por consequência, ratificar integralmente a decisão proferida pela CPL, nos moldes constantes do processo licitatório.

Publique-se.

Conselheiro Lafaiete/MG, 06 de abril de 2020.


MÁRIO MARCUS LEÃO DUTRA
Prefeito